

# A aventura do Estado na Saúde

A estatização arruinou a saúde da economia do Brasil. Agora ameaça seriamente a saúde no Brasil. É que o atendimento de doentes em todo o País será prejudicado, caso seja confirmada a tomada pelo poder público das entidades filantrópicas e sem finalidade de lucro, tal como prevê o notório substitutivo do deputado Bernardo Cabral. Essa previsão sombria foi formulada pelo presidente da Confederação das Misericórdias, Arymar Ferreira de Barros, para quem a sugestão do relator da Comissão de Sistematização põe em risco uma tradição secular de serviços de valia sem medida, prestados pelas quase duas mil santas casas, no Brasil. Elas respondem por 58% da oferta de leitos, por mais de 80% da assistência aos órfãos, 80% do amparo aos idosos, mais de 90% do atendimento a deficientes físicos e 95% dos cuidados dedicados aos excepcionais. Já se imaginou o que serão essas santas casas confiadas à Previdência Social e sujeitas a uma greve de funcionários, das que se multiplicam no País, que são manifestamente ilegais e, no entanto, prosperam e proporcionam aos que as empreendem e levam a termo as vantagens do ilícito civil?

Raphael de Almeida Magalhães foi visto na televisão vituperando o PFL. Não há razão para, nesta nota, entrar na autêntica briga de comadres em que se defrontam, furiosos, os ex-aliados da Aliança Democrática, máxime porque, de um momento para outro, peemedebistas e pefelistas poderão compor-se, repartindo satisfatoriamente o *banquete* que o governo oferece a quem o apóia para que alcance *ideais* como o mandato de cinco anos etc. Curioso, entretanto, é assinalar que, enquanto fustigava seus amigos de pouco tempo, co-participantes das decisões que marcam os grandes rumos da Nova República, o titular da Previdência Social encontrou tempo para dirigir *apelo* aos funcionários que, em sua Pasta se dedicam a colher os frutos de uma longa parede, que afronta o Direito mas, tudo faz crer, propiciará a quantos a chefiem ou a ela tenham aderido gordos saldos. O *apelo* visava a fazer os que cruzaram os braços voltar ao trabalho — que jamais poderiam ter abandonado.

A entrega da saúde ao poder público se cerca de aspectos sinistros, seja pelo que provocará, seja pelo que impedirá que aconteça de melhor. O provedor da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo, a maior

entidade filantrópica do Brasil, declarou que "treme na base" só de pensar na estatização da saúde pública. Para Mário Altenfelder, a benemérita instituição "se transformará em mais uma repartição do Estado, com todas as dificuldades típicas" que qualquer delas enfrenta. O atual provedor da Santa Casa paulista presidiu a Funabem, foi secretário estadual da Promoção Social e secretário municipal de Higiene e Saúde. Portanto, conhece de perto a ineficiência da máquina burocrática.

Ninguém negará que, no tempo dos institutos, a previdência e a assistência a cargo da Administração operavam melhor no Brasil. O governo Castello Branco criou, entre outros monstros, o Ministério da Previdência Social. O resultado é o que está aí, à vista de todos. Mas o apetite da burocracia não tem limites — e não reconhece obstáculos, já que supera todos os que lhe são opostos. Para o desembargador aposentado Adriano Marrey, secretário da direção geral da Santa Casa de São Paulo, impõe-se a expressão de uma "repulsa nacional" à tentativa de estatização da medicina contida no substitutivo Cabral: "Ficariamos sujeitos às injunções da Previdência Social

através de um imaginado contrato de direito público a que se refere o projeto Bernardo Cabral. Um contrato que imporá as condições que os estatizantes desejarem ver compulsoriamente obedecidas".

Havia a idéia de organizar-se um sistema único de saúde, mas agora o que se pretende é instituir um sistema público unificado que, como diriam os jovens, não tem nada a ver. A idéia em questão partia da existência do Inamps, das secretarias estaduais de Saúde, dos postos de emergência e puericultura dos municípios, os quais — sem vínculo entre si — sempre significaram mau aproveitamento de recursos valiosos. Surgiu assim o propósito de, por intermédio da nova Lei Magna, criar um sistema público de saúde. Mas o sr. Bernardo Cabral, parecendo que ouviu o galo cantar sem saber onde, optou por um sistema único de saúde apto a valer-se de uma estrutura estatal para compor o universo da prestação de serviços médico-hospitalares, pelo menos para quantos não possam pagar seguros-saúde privados ou recorrer à medicina particular — e nessa opção atingiu a imensa maioria da população, para aumentar o número de vítimas da aventura do Estado na saúde pública. É o fim do mundo!

No último domingo, o ministro